



SEÇÃO TEMÁTICA

Territórios “sagrados” da pesca artesanal em João Pessoa: identidades e sacralização de espaços públicos na Festa de São Pedro Pescador

“Sacred” territories of artisanal fishing in João Pessoa: identities and sacralization of public spaces at the Festival of São Pedro Pescador

Gustavo Cesar Ojeda Baez*

Dilaine Soares Sampaio**

Resumo: Nosso artigo tem como objetivo analisar as estratégias de sacralização dos espaços costeiros vinculadas às festas populares religiosas dos pescadores artesanais de João Pessoa (PB). Em nosso entendimento, tais festas criam novas territorialidades e formas diversificadas de uso para os espaços públicos. Assim, num primeiro momento, caracterizaremos as comunidades tradicionais pesqueiras e suas conexões com as festas populares, atentos para a discussão que envolve o conceito de religiosidade popular. Num segundo momento, nos deteremos à etnografia da Festa de São Pedro Pescador, que envolve duas comunidades pesqueiras. Ao final, pretendemos demonstrar que esses processos de sacralização dos espaços públicos e criação dos territórios pesqueiros constituem estratégias sociais de resistência e reprodução cultural dessas comunidades.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Pescadores artesanais. Territórios pesqueiros. Religiosidade popular.

Abstract: This article aims to analyze the strategies sacredness of coastal areas, linked to religious festivals of artisanal fishermen from Joao Pessoa (PB). We understand that such parties create new territorialities and diversified forms of use for public spaces. In this way, in a first moment, we will characterize the traditional fishing communities, and their connections with the popular festivals, attentive to the discussion that surrounds the concept of popular religiosity. Secondly, we will concentrate on the festival ethnography of the Festival of São Pedro Pescador, that involves two fishing communities. At the end, we intend to demonstrate that these sacralization processes of public spaces and creation of fishing territories are social strategies of resistance and cultural reproduction of these communities.

Keywords: Traditional communities. Artisanal fishermen. Fishing territories. Popular religiosity.

* Doutor em Ciências Sociais (UFCG). Em estágio de pós-doutoramento no PPG em Ciências das Religiões na UFPB. ORCID: 0000-0001-9779-8001 - contato: gbaez@bol.com.br

** Doutora em Ciência da Religião (UFJF). Professora Adjunta do Departamento de Ciências das Religiões e do PPG em Ciências das Religiões da UFPB. Coordenadora Adjunta da área de Ciências da Religião e Teologia na CAPES. ORCID: 0000-0002-0122-1521 - contato: dicaufpb@gmail.com

Introdução

O artigo que ora apresentamos trata das variadas formas de uso e apropriação religiosa dos espaços públicos, realizadas tradicionalmente pelos pescadores artesanais da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Nesta discussão, priorizamos observar as estratégias de sacralização dos espaços costeiros, vinculadas à realização das festas populares religiosas, que, no nosso entendimento, criam novas *territorialidades*¹, isto é, criam formas diversificadas de uso para os espaços públicos existentes na orla da capital paraibana.

Vamos focar nossa análise no caso específico de uma festa religiosa que se desdobra entre a terra e o mar: a Procissão Marítima de São Pedro Pescador, que ocorre sempre no dia 29 do mês de junho, quando o santo é celebrado no calendário católico. Trata-se de uma festa religiosa que envolve diretamente duas comunidades pesqueiras – uma localizada na praia da Penha, outra na praia de Tambaú – e também duas paróquias do município: a Paróquia de Nossa Senhora da Penha, situada na Praia da Penha, no extremo sul da capital paraibana, e a Paróquia de São Pedro Pescador, no bairro de Manaíra, próximo à Praia de Tambaú e à região central do município. Na parte aquática da celebração, que já se aproxima de seu centenário, as duas comunidades são “magicamente” interligadas quando o andor é transportado por vias terrestres e predominantemente marítimas, entre as duas localidades pesqueiras.

Tanto o percurso terrestre quanto o trajeto marítimo têm suas simbologias e ritos próprios. Na noite anterior à procissão, em especial, temos um momento de grande importância para a vida social desses bairros, pois, durante um dia e uma noite de festividades, a imagem de São Pedro faz “visita” para seus companheiros de profissão: os pescadores e pescadoras da vila da Penha e do bairro Tambaú. Ou seja, essas celebrações terrestres, realizadas em parte na residência dos pescadores, se configuram, nesta análise, como momentos centrais para o fortalecimento dos laços de amizade, de parentesco e das identidades coletivas que sustentam a própria atividade da pesca artesanal.

Pode-se dizer, numa perspectiva de análise antropológica sobre o fenômeno-ritual da festa religiosa, que o evento desempenha uma função social de reprodução cultural, já que “carrega”, na repetição de seus ritos, valores e tradições que são socialmente partilhados durante os festejos. Dessa maneira, ao observar os elementos que compõem essa celebração popular, procuramos refletir sobre as formas de reorganização e afirmação das *identidades culturais pesqueiras*², vinculadas, justamente, às estratégias de sacralização religiosa dos espaços costeiros, que, em nosso entender, se expressam e se realizam principalmente nas festas religiosas populares, como a procissão marítima de São Pedro Pescador.

1 A noção de territorialidade pesqueira como lugar de uso, moradia, trabalho e expressão do conhecimento tradicional pode ser compreendida também como aqueles espaços socialmente utilizados pelas comunidades, tanto nas práticas do trabalho quanto nas festividades populares (Cf. Haesbaert, 1997).

2 As identidades culturais pesqueiras podem ser interpretadas como *identidade étnica relacional*, numa visão barthiana (Cf. Fredrik Barth, 1976), e, como *identidade cultural híbrida* que é produto das interações sociais próprias dos pós-modernidade, pela perspectiva de Stuart Hall (2011).

Partimos então do pressuposto de que tais festas, para além de suas funções “tradicionais” de reforço de determinados valores de cunho religioso, também sacralizam territórios da pesca artesanal, ou seja, reafirmam, territorialmente, áreas de influência social das paróquias envolvidas, e reforçam culturalmente o uso tradicional das faixas costeiras realizadas pelas famílias de pescadores: fato este que, por sua vez, consolida, a cada rito anual, um conjunto de espaços sociais chamados por nós de territórios pesqueiros.

Tais territórios podem ser compreendidos como constructos sociais criados pelos pescadores a partir de sua relação direta com o mar. Num primeiro sentido, territórios pesqueiros são espaços de produção e reprodução social valorizados economicamente devido a seus potenciais de oferta de recursos naturais como peixes, lagostas e camarões. Se fosse possível recortar apenas a dimensão material da pesca, a título de interpretação, diríamos que os territórios correspondem primeiramente a realidades geográficas concretas e são espaços sociais mensurados a partir de seus potenciais de uso e exploração. Numa segunda leitura, focando mais as dimensões simbólicas vivenciadas e organizadas socialmente pelos próprios pescadores, também poderíamos observar e interpretar essas territorialidades da pesca artesanal como representações sociais, expressões de posicionamentos hierárquicos na sociedade que se manifestam através de relações de trabalho, de poder e de dominação sobre os espaços e outras pessoas. Áreas de pesca, nessa interpretação, são territórios conhecidos e de certa maneira protegidos pela lógica do segredo, e somente são partilhados, enquanto conhecimento, em círculos de família e de camaradagem. Já numa terceira dimensão, temos os territórios pesqueiros como bases discursivas para o estabelecimento das lutas por reconhecimentos nas arenas políticas da atualidade. Assim, quando tratamos de territórios de pesca, estamos nos aproximando de uma territorialidade, notadamente flutuante e móvel, mas singular. Território, além de conhecimento tradicional, também é jogo político (Baez, 2016, p. 61).

Assim, pode-se indicar, nesta breve introdução ao tema, que as formas “tradicionais” de expressão da religiosidade popular, muito bem expressas nas festas populares, podem, sob o viés da Antropologia Cultural e das Ciências das Religiões, ser reinterpretadas, primeiramente, (i) como estratégias sociais de marcação e reorganização de uma identidade cultural, a identidade pesqueira na modernidade; e, em segundo lugar, (ii) podem revelar estratégias criativas de sacralização dos espaços costeiros, quando analisamos, mais detalhadamente, essas celebrações religiosas, e suas *práticas mágico-religiosas*, numa relação direta com os processos de criação de novas *territorialidades*, que se formam nos momentos dos festejos.

No caso específico das populações de pescadores artesanais³ dos bairros Tambaú e da Penha, localidades escolhidas para esta reflexão, deve-se ressaltar que as duas comunidades passam atualmente por amplos processos de urbanização e “reconfiguração” cultural e ambiental, característicos das sociedades contemporâneas. Esse “mundo” de rápidas transformações e mudanças sociais, tecnológicas e ambientais solicita desses

3 O conceito de pesca artesanal faz referência um conjunto de saberes, práticas, simbologias, usos de espaços públicos (territórios) e formas de trabalho que advêm da relação direta dos pescadores com o mar e tudo que nesta relação se inclui.

grupos respostas culturais renovadas, isto é, solicitam novos posicionamentos sociais em relação aos espaços públicos (urbanos e marítimos) e novas estratégias de organização política, como formas de estabelecimento de lutas por reconhecimento de direitos⁴, organizadas por esses agentes pescadores.

Em síntese, acreditamos que esta proposta de observação e compreensão das festas populares, no âmbito das Ciências Empíricas da Religião⁵, gera elementos explicativos que emergem, justamente, dessa junção entre os estudos sobre uso religioso do espaço público e a análise antropológica das sociedades contemporâneas. Logo, esta reflexão visa compreender melhor como essas comunidades tradicionais, por meio de suas práticas religiosas, apropriam-se habilmente dos espaços públicos, transformando-os em novas *territorialidades*, nas quais é possível reorganizar e reafirmar culturalmente as chamadas identidades pesqueiras. Nesse sentido, podemos afirmar que é no ambiente social das festas populares religiosas que esses grupos reafirmam, anos após ano, suas identidades culturais, seus vínculos com o trabalho da pesca artesanal, e reforçam valores de ordem mágico-religiosa que verificaremos a seguir.

No que se refere à estruturação do artigo, trataremos, num primeiro momento, das comunidades tradicionais e das festas religiosas populares, mostrando suas conexões e problematizando a própria noção de “religiosidade popular”. Num segundo momento, nos deteremos à etnografia da Festa de São Pedro Pescador. No final, pretendemos demonstrar que os processos de sacralização dos espaços públicos, bem como as formas de territorialização dos territórios pesqueiros, constituem estratégias sociais coletivas de resistência e reprodução cultural.

As comunidades tradicionais e as festas religiosas populares

No Brasil, a categoria profissional de “pescador artesanal”, também conhecida como “pescador tradicional”, é definida pela Lei N° 11.959, de 2009, na qual se descreve este tipo de pescador como aquele que realiza a operação, ação ou ato que pretende extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros com fins de consumo familiar ou mesmo comercial. A pesca comercial é dita artesanal quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria. Assim, o pescador profissional artesanal é aquele que, com meios de produção próprios, exerce sua atividade de forma autônoma ou com auxílio eventual de parceiros, sem vínculo empregatício (Pereira, 2012, p. 19).

Observa-se que a natureza do trabalho artesanal pesqueiro prescinde do trabalho coletivo, já que todas as atividades, desde as etapas de preparação das pescarias, passando pelas pescarias propriamente ditas, beneficiamento e distribuição até a venda dos

4 Para mais sobre lutas por reconhecimento de direitos, conferir Axel Honneth (2003).

5 Denomina-se como “Ciências Empíricas da Religião” uma das oito subáreas da área Ciências da Religião e Teologia, recentemente autonomizada na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPEs (Cf. Senra, 2017).

produtos-pescados, dependem de múltiplas atividades, com maior ou menor grau de especialização, as quais são repartidas entre os homens e mulheres pertencentes a esses grupos sociais. Dessa maneira, pode-se afirmar, então, que as formas da organização social do trabalho decorrentes dessa prática coletiva da pesca artesanal são impressas culturalmente no modo de vida pesqueiro e têm um impacto direto nas formas de religiosidade popular destas populações.

Do ponto de vista social e religioso, devemos ressaltar que nos últimos dois anos de nossas pesquisas etnográficas realizadas nessas comunidades pesqueiras⁶, notamos uma significativa reorganização das dinâmicas de participação dos grupos religiosos, que, de alguma maneira, acomodavam as demandas sociais daquelas famílias pesqueiras na atualidade. Nesse caso, podemos vincular então o trabalho e a organização social das comunidades pesqueiras a uma cosmovisão religiosa específica, isto é, podemos afirmar que parte significativa da cultura pesqueira se organizava, ora em torno do trabalho coletivo, ora em torno de valores religiosos, que são partilhados nesses grupos, notadamente pelos agentes das paróquias católicas.

Retornando aos aspectos conceituais que definem essas comunidades pesqueiras, adentramos aos elementos jurídicos presentes no decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e que tratam especificamente da definição de população tradicional, e que têm definido esses grupos sociais ou comunidades da seguinte maneira:

Art. 3º – 1. Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. 2. Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (Brasil, 2007).

A partir dessas definições de comunidades tradicionais e de territórios tradicionais presentes nos termos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, devemos ressaltar que as formas de uso dos territórios tradicionais constituem-se como condição para reprodução cultural, social e religiosa das comunidades tradicionais. Essa relação de sentido entre o uso do espaço e territorialização é de suma importância para nossa reflexão, pois reforça os questionamentos motivadores que estamos propondo neste artigo, resumidos nas seguintes indagações: (i) como as festas populares instituem territórios “sagrados” da pesca artesanal na cidade de João Pessoa? E, (ii) como, a partir desse processo de instituição territorial sacralizada observado na festa de São Pedro, se reconfiguram as identidades culturais destes pescadores na contemporaneidade?

Ainda sobre os chamados processos de territorialização, vale lembrar que os espaços utilizados de forma temporária na referida festa, como os espaços da procissão terrestre,

6 Uma boa definição sobre comunidades tradicionais de pesca artesanal também pode ser encontrada na *Enciclopédia Caiçara*, de Diegues (2004).

da romaria, da caminhada a beira-mar e da barqueata⁷, podem ser considerados como territorialidades temporárias, ou seja, formas de uso temporárias dos espaços costeiros e urbanos com finalidade ritual-religiosa, que justamente por isso podem ser interpretados como espaços sociais nos quais é possível a reafirmação da identidade cultural pesqueira. Dessa maneira, apesar da tradicionalidade e antiguidade dessas celebrações, como mostraremos posteriormente, é possível perceber nelas formas renovadas de reprodução cultural, que se “utilizam” de práticas e representações religiosas antigas, porém reformuladas, simbolizadas e ressignificadas no contexto da contemporaneidade.

Por fim, nesta parte conceitual sobre a cultura pesqueira, devemos indicar que, embora existam análises antropológicas que relacionam o papel das práticas religiosas e das religiosidades populares⁸ com os processos de reprodução cultural dessas populações tradicionais, no caso específico dos estudos sobre os pescadores artesanais, temos ainda uma prevalência das interpretações antropológicas desenvolvidas em função da categoria de trabalho.

Aqui, entendemos ser importante ressaltar que o conceito de religiosidade popular utilizado nesta discussão é marcado por inúmeras controvérsias e discussões, que advêm tanto dos “campos” da História, das Ciências Sociais, como das Ciências das Religiões. Martha Abreu (2002) nos mostra o caráter de imprecisão que o cerca, numa falsa aparência de continuidade, como se “sempre” tivesse existido uma mesma “religiosidade popular” através dos tempos. Lembra ainda, a forte marca etnocêntrica, presente no termo, uma vez que “religião” é sempre vista como “algo oficial” e “religiosidade”, como algo “extraoficial”. Além disso, a autora chama atenção para a conexão direta que se faz entre religiosidade popular e sincretismo religioso, que, por sua vez, é habitualmente conectado de forma automática às religiões afro-brasileiras, como se a questão do sincretismo só pudesse estar presente na “religiosidade popular” e não nas “religiões” institucionalizadas (Abreu, 2002, p.83-84).

Outro autor que problematiza a noção é Rubem César Fernandes (1984), que prefere utilizar o termo “religião popular”. Para o referido antropólogo, há três principais razões que tornam o termo controverso: (i). recobre uma grande variedade de fenômenos, havendo a variação regional e a variação no âmbito das próprias crenças religiosas; (ii) não é tomado como um “termo nativo”, pois não é comum alguém se auto identificar como praticante da “religião popular”; e (iii) “a expressão é utilizada em sentidos diversos, nem sempre coincidentes”, dado ao seu segundo qualitativo que não é menos controverso. “Popular” pode designar a maioria das pessoas, mas também pode se referir aquilo que pertence aos estratos menos abastados da população (Fernandes, 1984, p. 3-4).

Apesar das controvérsias, seguimos aqui a recomendação de Martha Abreu, que aponta para a necessidade de não definir, de modo fixo, o significado de religiosidade popular, pois não é um conceito passível de definição simples, mas que deve ser enfrentado, a partir dos nossos contextos de pesquisa (Abreu, 2002, p. 85). Assim, caminhamos

7 Nome dado à procissão marítima realizada entre os bairros da Penha e Tambaú.

8 Para ver mais discussões e definições acerca da religiosidade popular, consultar Brandão (1989) e Fernandes (1984).

aqui para uma noção expandida de religiosidade popular, que pode ser compreendida como um amplo sistema de crenças, valores e práticas, construídos nos processos sociais que se dão na vida cotidiana dos agentes analisados e que, neste caso, se dão nas areias e nos mares das costas nordestinas, sem a necessidade da tutela das instituições religiosas, mas ao mesmo tempo, são forjados a partir delas. Isto é, tratamos de um sistema cultural material e simbólico que se configura historicamente, relacionado à própria vivência dos atores sociais em meio à natureza e a sociedade.

Logo, nesta interpretação do “campo religioso”, estabelecido entre os pescadores, estamos propondo, justamente, outra leitura sobre as festas populares religiosas, relacionando-as diretamente aos processos de reprodução cultural das comunidades pesqueiras, procurando perceber e apontar quais eventos e condições sociais de uso dos espaços costeiros sacralizam territórios da pesca artesanal.

Quando usamos aqui a expressão “sacralizam territórios”, estamos adiantando uma discussão, mais ampla, sobre como as formas tradicionais de usar o espaço costeiro, vinculadas às práticas religiosas, têm a função social de reorganizar as identidades coletivas. Assim, compreendemos o “campo das práticas religiosas” como base social para os processos de reprodução cultural das comunidades tradicionais, que ocorrem nas sociedades contemporâneas.

Festa de São Pedro Pescador

Festa de São Pedro na Penha

A Penha é geralmente considerada como sendo a segunda localidade envolvida diretamente nos festejos de São Pedro Pescador em João Pessoa. No entanto, do ponto de vista dos interesses deste artigo, que se pautam na relação entre a festa religiosa popular e a construção de territórios da pesca artesanal, consideramos essa a localidade mais representativa, em função da própria situação sócio-política de seus habitantes, e de sua luta, ainda em vigor, por garantia de direitos. Por esse motivo, e em função de pesquisas de campo lá realizadas desde 2012⁹ até a presente data, apresentaremos de início as descrições sobre a festa nessa localidade.

O bairro praieiro conta atualmente com 250 domicílios permanentes, constituindo uma população fixa residente de aproximadamente 900 moradores. Os pescadores artesanais que lá habitam realizam tradicionalmente pesca de linha, “pescaria de ida-e-volta”, com duração inferior a um dia de permanência no mar, e “pescarias de dormida”, quando estes trabalhadores permanecem de 6 a 10 dias no mar. As embarcações tradicionais mais utilizadas são as jangadas¹⁰, de tamanhos variados, e os botes, barcos, ou embarcações tradicionais de pequeno calado que não ultrapassam, na maioria dos casos, o tamanho de 12 metros. (Baez, 2016, p. 73)

9 Período de produção das pesquisas de doutorado para a tese intitulada *Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografias dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé*.

10 A respeito dessa simbólica embarcação tradicional, “representante” da pesca artesanal brasileira, Berenice Abreu (2012) nos oferece valiosas descrições e explicações sobre a composição e o funcionamento do instrumento de trabalho.

O bairro de Nossa Senhora da Penha apresenta um histórico de ocupação que remonta a períodos anteriores ao século XVIII, época de fundação de seu mais representativo marco, a igreja de Nossa Senhora da Penha, datada de 1783. A história dessa igreja ganha uma série de narrativas míticas entre os devotos de sua própria comunidade, e é um epicentro da identidade religiosa popular da paraibana. Os poderes “mágico-religiosos” de Nossa Senhora da Penha podem ser vistos nas narrativas de seus milagres como o salvamento de naufrágios, nas narrativas da estátua viva que se postava por vontade própria aos pés de um cajueiro¹¹ e podem, também, ser visualizados em larga escala na sala dos ex-votos da capela, local onde se encontra uma das maiores coleções da Paraíba de objetos deixados por romeiros. Nesse santuário também se pode observar a conexão contemporânea dos pescadores locais com essa religiosidade católico-popular, através de ex-votos em forma de embarcações.

Assim, toda a comunidade da Penha se funda ao redor dessa igreja e está em certa medida envolvida num contexto mágico-religioso característico dessa religiosidade popular. Justamente esse contexto se faz presente nas manifestações de fé que se registram no evento da festa de São Pedro, cuja edição de 2018 foi por nós acompanhada, para a realização dos registros visuais que ora apresentamos. Neste ano se realizou a nonagésima quarta edição da Procissão Marítima de São Pedro Pescador, quando a imagem de São Pedro, originalmente sediada na Paróquia São Pedro Pescador (bairro de Manaíra/Tambaú) é transportada, juntamente com seu andor, por via marítima entre a Praia da Penha e a praia de Tambaú.

Conforme analisamos anteriormente, a referida procissão, que se aproxima de seu centenário, se desdobra tanto no meio aquático quanto no meio terrestre, pois antes de navegar nas embarcações tradicionais dos pescadores locais, a imagem “trafega” pelas areias da praia da Penha, quando fiéis carregam o Andor pesado contendo o Santo envolto em flores, num percurso terrestre que envolve a saída da Vila dos Pescadores (setor do bairro da Penha localizado as margens da PB 008) até a praia da Penha.

Figura 1 – Aspectos do andor



Fonte: acervo do autor (2018).

11 É possível acessar as descrições completas dessas histórias no site de divulgação de trabalhos artesanais desenvolvidos pelas mulheres da própria comunidade, intitulado *Sereias da Penha*.

O andor carrega uma imagem de São Pedro Pescador do início do século XX, com cerca de 60 cm, em gesso policromado. A imagem tem na mão direita uma chave, simbolizando a autoridade que o apóstolo teria recebido do próprio Jesus Cristo, quando este o teria dito: “Eu te darei as chaves do Reino dos Céus” (Mateus 16, 19). Durante a procissão, porém, a imagem é inserida pelos próprios fiéis num pequeno barco de pesca, segurando uma rede, reforçando-se com esta ornamentação não seu aspecto de autoridade, quando se torna o primeiro Papa da Igreja, mas sim seu aspecto de pescador humilde. O conjunto da imagem com seu andor pesa cerca de trinta e cinco quilos, o que não parece ser um obstáculo para as mulheres e idosos locais que o carregam com alegria.

Ao acompanharmos os passos da 94ª edição da procissão, percebemos a grande importância dessa etapa terrestre para as comunidades pesquisadas, afinal é em terra que as mulheres, crianças, idosas e outros atores sociais – integrantes da comunidade que não participam do trajeto nas embarcações – podem ter contato com seu santo de proteção. Especialmente, deve-se ressaltar que são as mulheres da comunidade as responsáveis por carregar o andor pesado, pela areia fofa da praia, em boa parte do trajeto, esforço que é feito com grande dedicação e acompanhado da entoação contínua de cantos de louvor ao Santo.

Figuras 2 e 3 – Aspectos da procissão e andor carregado por mulheres da comunidade



Fonte: acervo do autor (2018).

A procissão terrestre se inicia por volta das 14h, saindo de uma residência de pescadores localizada nas proximidades da Vila da Penha. É nesse núcleo residencial onde a imagem é depositada na noite anterior, tendo já feito, por terra, o percurso desde a igreja de São Pedro, localizada no bairro de Tambaú, até a referida localidade. A noite anterior à procissão representa um momento de grande importância para toda a vida social do bairro, pois, durante esse curto intervalo de tempo, a imagem de São Pedro permanece na casa dos companheiros de profissão: os pescadores e pescadoras. Ou seja, essa etapa terrestre se configura como um momento central de reforço dos elementos identitários que marcarão a própria procissão marítima, no dia seguinte.

Vale aqui lembrar que, durante toda a noite e em boa parte da caminhada, são feitos cantos de louvor que ressaltam a figura de São Pedro na sua identidade como pescador e como protetor dos pescadores:

Pescador sempre humilde vivendo,
sobre as águas num barco a pescar,
Pedro um dia a Jesus conhecendo,
deixa tudo pra os homens salvar.¹²

Pode-se notar que o Santo exaltado durante todo trajeto da procissão não é Pedro, o apóstolo que se tornou o primeiro Papa, aquele sobre o qual Jesus teria edificado sua igreja, mas sim, o pescador humilde que ganhava sua vida pescando no mar da Galileia (Cf. Potesta & Vian, 2013, p. 87).

Assim, após a parte terrestre, temos a etapa marítima da procissão, a barqueata, quando o Andor com a imagem deixa de ser carregado pelas mulheres da comunidade e passa para os braços dos homens, que iniciam a entrada da imagem no mar. Nessa transição da praia para o mar, observamos o momento em que as mulheres se “despedem” emocionadas da imagem, fazendo gracejos no seu santo querido, e pedindo encarecidamente que este retorne no ano seguinte. Afinal, o mar aberto é visto pela comunidade como um território tradicionalmente masculino. Cumprida essa etapa terrestre, os homens com o Andor erguido atravessam as ondas do mar de junho, mês de inverno na Paraíba, quando o mar se torna mais agitado na região. Finalmente, conduzem São Pedro junto à embarcação escolhida para seu transporte, que fora devidamente paramentada para esta ocasião tão especial.

Figuras 4 e 5 – Fiéis se “despedem” de São Pedro e pescadores conduzem a imagem para o barco



Fonte: acervo do autor (2018).

Em entrevista a um telejornal local, um dos pescadores fala justamente da felicidade de transportar o Santo de volta para seu habitat natural: o mar. Naquele momento,

12 Trecho do Hinário de São Pedro distribuído para os moradores durante as procissões

a imagem deixa de ser concebida pelos participantes da procissão como símbolo ou “imagem”, e o próprio São Pedro passa a ser mais um navegante entre os pescadores da embarcação. Por aproximadamente duas horas, a imagem navega até chegar ao seu porto final: a movimentada praia de Tambaú, na região central de João Pessoa.

A festa de São Pedro em Tambaú

A comunidade pesqueira do Tambaú se encontra numa das regiões mais urbanizadas da orla da capital paraibana, como já mencionado, e, na atualidade, as famílias pesqueiras que se utilizam daquela faixa costeira, localizada nas redondezas do famoso Hotel Tambaú, um marco da urbanidade local, se distribuem em residências localizadas tanto no bairro do Tambaú, quanto no vizinho bairro de Manaíra. Historicamente, e especialmente após a década de 1950, essa região da cidade atravessou diferentes fases de urbanização, passando de “bairro de veraneio” e de “terra de pescador”, para bairro de classe média durante a década de 1980, cada vez mais urbanizado e repleto de empreendimentos imobiliários, comerciais e setor de serviços. Hoje, o bairro do Tambaú, área original de moradia das populações pesqueiras, é uma das áreas de turismo receptivo mais utilizadas na orla de João Pessoa¹³.

A respeito desse longo processo de urbanização ocorrido na orla da capital paraibana, vamos nos referenciar aqui, em parte, da excelente retrospectiva histórica e sociológica presente na tese *Entre mar e terra: um estudo sobre a festa de São Pedro em Tambaú*, de Cleomar C. J. de Andrade (2011). Nesse estudo, que pode ser considerado referência para o estudo da cultura pesqueira na região, temos uma detalhada contextualização, tanto dos processos de urbanização do bairro quanto das formas de organização social envolvidas na realização da citada Festa de São Pedro. Segundo a autora, essa celebração marítima e terrestre é composta, basicamente, por cinco “partes”, ou cinco momentos denominados: (i) a pré-organização da festa – os preparativos, (ii) a carreata – transporte da imagem de São Pedro e andor da Paróquia de São Pedro até o mercado de peixe do Tambaú, (iii) as caminhadas a beira mar – realizadas entre a Vila da Penha e a Penha de baixo, (iv) a barqueata ou travessia marítima do andor e imagem de São Pedro entre os polos pesqueiros e, (v) a festa de encerramento em Tambaú.

Sobre essa última etapa, a festa de encerramento em Tambaú, podemos dizer que se trata de um momento de apoteose, no qual uma grande festa urbana, feita com fogos de artifício, decoração na orla etc. é preparada para esperar a imagem desembarcar nas areias desta praia central para o trajeto de retorno a sua igreja de origem, a Paróquia São Pedro Pescador. Nesse momento, fiéis de diversos segmentos sociais se integram à procissão, que segue com a imagem em carro aberto em direção ao bairro de Manaíra, mais uma vez se configurando como uma procissão terrestre, em que os pescadores perdem seu “privilégio” no contato com o santo e passam a dividir a imagem com todos os outros participantes da festa.

13 Para saber mais sobre as transformações no bairro Tambaú, conferir Andrade (2011).

Ao tratar, sobretudo, dessa comunidade do Tambaú, Andrade (2011) concentra sua análise nas interações e nos papéis que diversos segmentos sociais – trabalhadores da pesca, religiosos e outros agentes – desempenham para que a celebração ocorra, ano após ano, nos dois polos. Em síntese, a autora estabelece a seguinte indagação: quais os significados que essas festas populares e religiosas imprimem sob seus agentes pescadores e sobre a comunidade local?

Em Tambaú, a festa devocional organizada pelos pescadores também reforça, reconstrói e retoma *objetos e lugares* biográficos coletivos, além dos laços de família, de amizade e de reconhecimentos constituídos, em espaços de trabalho e de comemoração no mar e na terra (Andrade, 2011, p. 8).

Logo, adotando essa mesma perspectiva criativa de análise das festas populares, podemos interpretar a celebração de São Pedro Pescador enquanto uma territorialidade temporária, que se forma nos momentos de festejo tanto na pequena comunidade da Vila da Penha quanto na urbanizada praia do Tambaú. Pois é justamente nesse curto período de festa em que determinados códigos socioculturais se manifestam, transformando esses espaços públicos em territórios sagrados da pesca artesanal.

Especificamente sobre os festejos e organizações sociais que se desenvolvem no bairro Tambaú, podemos afirmar, com base em pesquisas etnográficas realizadas nos dois últimos anos (2017-2018), que o evento reúne, a cada ano que passa, um contingente mais diversificado de participantes, sobretudo em função de sua divulgação nas redes sociais. Dessa forma, trata-se de um evento que realiza uma integração cultural e simbólica de diferentes esferas da sociedade local, já que os festejos urbanos contam hoje com a participação de diversas categorias profissionais. Além dos pescadores, temos também comerciantes, grupos religiosos e agentes de turismo que enxergaram na festa uma possibilidade de ganho, transformando a referida festa religiosa também numa atividade econômica e cultural simultaneamente.

A festa e seus sentidos

A festa de São Pedro pescador em João Pessoa, com todos seus componentes religiosos e sociais, constitui-se, em nossa reflexão, como elemento fundamental para compreendermos como a cultura da pesca artesanal se reproduz nas sociedades contemporâneas, e ainda, num movimento dialético, como mitos, relações de poder, religiosidades e usos dos espaços urbanos se transformam em cultura e são reforçados nos eventos festivos.

Em função disso, nos parece plausível afirmar que atividades sociais/culturais da pesca artesanal envolvem mais do que elementos físicos e materiais para sua realização. Envolvem, por assim dizer, elementos culturais, crenças e práticas de natureza religiosa, forças “sobrenaturais”, devoção a santos protetores, e *mitemas*¹⁴ que, em conjunto, reorganizam e retroalimentam a cultura e as identidades pesqueiras com elementos de natureza religiosa.

14 Aqui, fazemos menção à concepção de *mitema* elaborada por Claude Lévi-Strauss (2004), na qual o mito é formado por diversos mitemas que funcionam estruturalmente como partículas essenciais para a configuração de um mito.

A observação antropológica realizada nos últimos anos nos permite dizer que a festa de São Pedro é, ao mesmo tempo, tradição e inovação. Tradição, quando reforça determinadas marcas identitárias, como o pertencimento à tradicionalidade pesqueira, relacionadas ao mundo do trabalho, e valores mágicos e religiosos que perpassam o mundo da proteção divina, advindo do Santo e das “forças” misteriosas da natureza, quando são movimentadas pelos mitos, honrarias que vêm do mar.

Por outro lado, a festa também pode ser interpretada como criação ou inovação cultural, quando notamos que a mesma aglomera novas demandas sociais que se colocam como urgentes para aquelas comunidades, como a luta política por garantia, manutenção e qualidade dos territórios pesqueiros, a luta pelo livre acesso às áreas de praia – ressaltadas nas caminhadas e na barqueta que “marcam” os territórios pesqueiros durante a festa. E, por fim, as festas são inovação quando explicitam as lutas ambientais por despoluição dos oceanos e proteção das áreas tradicionais de pesca.

Assim, apesar de a festa se repetir anualmente com etapas rituais “sagradas”, ela também muda e se renova ao incorporar, por exemplo, essas demandas políticas por reconhecimento jurídico e social de territórios, tão necessárias e urgentes, quando consideramos o panorama atual de graves ataques aos direitos das populações tradicionais. Em suma, podemos dizer que a festa de São Pedro se configura como uma estratégia social de sacralização dos espaços públicos, cada vez mais utilizada por esses agentes. Além dos valores religiosos, símbolos e crenças míticas partilhadas por todos na festa, temos o compartilhamento de posicionamentos políticos, que, por sua vez, sacralizam os territórios da pesca artesanal durante o todo trajeto.

Para nossa reflexão, essas festas religiosas promovidas anualmente representam momentos chave, nos quais os processos de territorialização e reafirmação de uma identidade pesqueira se entrelaçam na religiosidade popular e se manifestam com suas cores mais vivas. Podemos concluir que esse fenômeno-ritual desempenha uma clara função de reprodução cultural, já que carrega, na repetição dos eventos, variados valores e tradições que são socialmente partilhados durante os festejos.

De forma geral, deve-se ainda ressaltar que as duas comunidades se encontram em momentos históricos diferenciados de lutas por direitos sociais e reconhecimentos perante as esferas públicas e governamentais. Logo, pode-se afirmar que as comunidades da Penha e do Tambaú vêm sofrendo os efeitos da urbanização de forma diferenciada.

No entanto, apesar dessa diversidade de fluxos de informações e da diversidade nas formas da urbanização, verificamos que, nos dois bairros, temos uma forte presença do catolicismo-mágico, como descrito por De Martino (2013), segundo o qual as festas populares carregam grupos de poderes mágico-religiosos para resistir a todo o ano que virá. Assim, apesar de notarmos certa pluralidade de cosmovisões religiosas nas sociedades contemporâneas, é preciso indicar que, nesse caso específico, existe uma proeminência clara da cosmovisão católico-cristã, presente nas comunidades pesqueiras.

Em suma, encerrando esta parte da descrição dos festejos, podemos apontar que as novas *territorialidades* construídas pelos pescadores nos momentos das festas passam, portanto, pela afirmação de direitos territoriais mais básicos, como os de moradia, uso e preservação dos territórios pesqueiros, e também, se configuram à partir de práticas

e valores religiosos tradicionais, como devoção ao Santo e respeito para com as forças da natureza, adentrando-se aí o campo das mitologias envolvidas nesta cultura.

Considerações finais

Antes de iniciar nossas considerações finais sobre os processos de territorialização e sacralização desenvolvidos pelas comunidades pesqueiras por meio das festas populares, devemos indicar que entendemos as *formas culturais-religiosas*¹⁵, expressas na vida social destes grupos, como modos de vida, sistemas de valores e crenças que se manifestam, tanto no desenrolar das atividades cotidianas, nas rotinas de trabalho, como também, em momentos específicos da vida social, que aqui denominamos de festas religiosas populares. Esses eventos, ou festa populares, são promovidos anualmente pelas famílias de pescadores artesanais e representam, nessa leitura, momentos “chave” para a efetiva reprodução da cultura pesqueira.

Logo, em nossa compreensão final, podemos afirmar que os processos sociais de criação ou reorganização de novas identidades e territorialidades da pesca artesanal, baseadas, principalmente, em representações simbólicas de ordem mágico-religiosa – como as romarias, as procissões, os cânticos e atos de devoção ao Santo – e também pelos posicionamentos hierárquicos vivenciados por esses agentes, configuram-se como estratégias efetivas de reprodução cultural, cuja territorialização dos espaços públicos é sua principal ação. Assim, podemos deduzir que, ao sacralizar os espaços públicos nas festas populares, essas populações pesqueiras estão, num mesmo tempo e numa mesma ação, territorializando a própria cultura pesqueira. Em outros termos, nas festas populares esses agentes estão “tomando para si” os espaços essenciais para que essa cultura, da pesca artesanal, continue existindo.

Quando flexibilizamos o conceito de território – interpretando-os como espaços da tradição e do conhecimento, lugares do saber pesqueiro, criações das famílias e palcos de lutas por direitos – podemos compreender melhor como se dão as variadas formas de territorialização desses espaços sociais e quais são as variadas dimensões que o território assume nas esferas técnicas, econômicas, políticas e culturais da sociedade moderna.” (Baez, 2016, p. 61)

Por fim, entendemos que as festas populares, caracterizadas pelos processos de sacralização de espaços públicos e pela formação das territorialidades temporárias, podem ser interpretadas pelo menos sob dois pontos de vista. Primeiro, as festas populares são formas elementares de manifestação da vida cultural e religiosa dessas comunidades, e, enquanto manifestações culturais-religiosas, elas cumprem seu papel social de reforço de determinados valores. Nessa perspectiva, esses eventos organizam valores morais e ditam formas sociais a partir de uma cosmovisão notadamente cristã. Vemos, aí, a dimensão do sagrado presente na cultura pesqueira e muito bem representada nos eventos festivos.

15 A definição de cultura popular organizada por Oswaldo Elias Xidieh (1976) diz respeito às formas culturais e pode ser compreendida como “um conjunto de traços e padrões matérias e espirituais, formulados socialmente.” (Xidieh, 1976, p. 2).

Já numa segunda interpretação, deve-se destacar a dimensão política presente nos momentos festivos, quando as famílias pesqueiras, comerciantes locais e movimentos sociais simpatizantes das culturas populares se juntam para reivindicar, por exemplo, a garantia de uso dos territórios pesqueiros, e a manutenção de sua qualidade socioambiental.

Em síntese, podemos concluir que a festa religiosa popular analisada neste artigo cumpre múltiplas funções sociais e se configura como uma estratégia coletiva de resistência e reprodução cultural. Tais formas de resistência e reprodução da cultura pesqueira se manifestam assim, material e simbolicamente, nos espaços públicos, isto é, se manifestam nos territórios pesqueiros consagrados durante a realização das festas.

Referências

- ABREU, Berenice. Jangadeiros: Uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. – Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2012.
- ABREU, Marta. Religiosidade popular: problemas e História. In: LIMA, Lana Lage et al. História e religião: VIII Encontro regional de história núcleo RJ. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2002, pp. 83-90.
- ANDRADE, Cleomar Felipe Cabral Job de. Entre mar e terra: um estudo sobre a festa de São Pedro em Tambaú. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: UFPB/CCHLA, 2011.
- BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda. Mestres, territórios e identidades pesqueiras em João Pessoa: etnografias dos sistemas culturais da pesca artesanal nos bairros da Penha e Jacarapé. 254f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2016.
- BAEZ, Gustavo Cesar Ojeda. O coração do mar é o vento. João Pessoa: Libellus, 2017.
- BARTH, Fredrik. Los grupos étnicos y sus fronteras. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A cultura na rua. Campinas: Papyrus, pp. 07-43, 167-185. 1989.
- BRASIL. Lei nº 11.959, de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em 12. jun. 2019.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em 12. jun. 2019.
- DE MARTINO, Ernesto. Sud e Magia. Milano: Feltrinelli Editore, 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. Enciclopédia caiçara. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/ USP, 2004.

FERNANDES, Rubem César. “Religiões populares”: uma visão parcial da literatura recente. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, n.18, 1984, p. 3-5.

HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed.34, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. O cru e o cozido: Mitológicas I. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

PEREIRA, Luciano Gomes de Carvalho. Pesca e Aquicultura no Brasil. Câmara dos Deputados – Consultoria Legislativa, 2012.

POTESTA, Gian Luca e VIAN, Giovanni. História do Cristianismo. São Paulo, Edições Loyola, 2013.

SENRA, Flávio. Programas profissionais. Situação atual e perspectivas na área de Ciências da Religião e Teologia no Brasil. Reflexus, Ano XI, n.18, 2017.2, 2017.

SEREIAS DA PENHA. Disponível em: <https://sereiasdapenha.wordpress.com/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

XIDIEH, Oswaldo Elias. “Cultura Popular”. In: Feira Nacional de Cultura Popular. São Paulo: SESC, 1976.

Recebido: 11 de julho de 2019.

Aprovado: 5 de dezembro de 2019.